

TURRES VETERAS III

Actas de História Contemporânea

Câmara Municipal de Torres Vedras
Sector da Cultura
Instituto de Estudos Regionais
e do Municipalismo "Alexandre Herculano"

Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance.

Introdução

Segundo a física do século XIX, cada ser humano era dotado de uma certa quantidade de energia, a qual se mantinha constante no corpo, não devendo por isso ser destruída ou desperdiçada. A fim de manter esta “força vital”, como então se dizia, não era aconselhada uma instrução aprofundada para as mulheres, uma vez que se considerava que o “estudo em demasia” reduzia a energia disponível para os órgãos femininos mais importantes - os reprodutores -, causando a esterilidade ou, pelo menos, tornando a mulher menos fecunda ou incapaz de amamentar¹⁴⁹.

Esta tese, que actualmente nos pode fazer sorrir, era apoiada por médicos, filósofos e largos sectores da opinião esclarecida, indo também ao encontro de um sentir popular que troçava da mulher culta e a identificava com as “sabichonas ridículas e pretensiosas”. O provérbio português “Burra que faça him e mulher que saiba latim não a quero para mim” traduz, melhor do que muitas palavras, a reprovação social de que era alvo a mulher que ousava transcender os horizontes culturais impostos pelo seu tempo. O próprio historiador Oliveira Martins não escapou a esta vaga de fundo, satirizando a *intelectual* que definia como “um virago de cabelo curto, e óculos, vestido pardo e sólidas botifarras, sobraçando rimas de livros”¹⁵⁰, ou seja, como a antítese da feminilidade, tal como esta era entendida no século XIX.

Segundo se pensava, o prosseguimento de uma carreira científica (tal como a carreira política) implicava a masculinização da mulher e a alteração da sua verdadeira natureza. Entre tantos autores que poderia mencionar, defende este ponto de vista D. António da Costa, figura insuspeita que, apesar de se ter batido pela instrução feminina no século passado, se opunha ao ingresso das mulheres no ensino superior. E di-lo com toda a convicção, afirmando “[...] sinceramente suponho, em meu humilde parecer, que a emancipação política e científica não é um princípio natural da mulher. Outras carreiras lhe podem ser destinadas, outras fontes lhe devem ser abertas; esta não. Creio que se lhe opõem a sociedade, e a natureza [...]”. Mesmo quando a natureza lhe não vedasse as qualidades políticas e científicas, a mulher que seguisse essas carreiras masculinizar-se-ia, teria de endurecer o coração para afrontar o duro coração do seu adversário, teria de enodoar-se nas intrigas eleitorais, de corromper-se na luta prática das assembleias políticas, de converter as doces qualidades do sentimento no rancor das paixões [...]”¹⁵¹.

* - Professora associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

¹⁴⁹ - Segundo João Ayres de Azevedo, “o desenvolvimento intelectual é, pois, causa de esterilidade, e na mulher, além de a tornar menos fecunda, torna-lhe a secreção do leite cada vez mais pobre” (*Estudos feministas I – A Mulher*, Coimbra, Livraria Académica João de Moura Marques Editor, 1905, p. 156). Idêntico parecer é emitido por José Ferreira de Macedo Pinto (*Medicina administrativa e legislativa, Primeira Parte*, Hygiene Pública, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1862, pp. 50-51).

¹⁵⁰ - Cit. Por Carolina Michaëlis, *Primeiro de Janeiro* de 12 de Janeiro de 1902.

¹⁵¹ - D. António da Costa, *A Mulher em Portugal*, obra posthuma publicada em benefício de uma creança, Lisboa, Typographia Companhia Nacional Editora, 1892, pp. 411-412; 419.

Com base neste tipo de argumentação - científica, cultural ou outra - as raparigas eram desencorajadas a prosseguirem uma instrução para além da escolaridade básica. As taxas de analfabetismo feminino reflectem este contexto desfavorável, o qual, embora abrangesse a maioria da população portuguesa, era mais penalizador para com as mulheres. Em 1878, 89,3% da população feminina maior de sete anos não sabia ler nem escrever, ou seja, 9 em cada dez portuguesas era analfabeta. Em 1930, o panorama não era mais animador: a taxa de analfabetismo feminino baixara apenas para 74,3%¹⁵². Apesar do relativo progresso, fruto sobretudo do esforço da I República para alargar o sistema de ensino a todo o país, as mulheres mantinham-se à margem da instrução pública e da rede escolar.

Só a partir de meados deste século é que a situação muda radicalmente, progredindo a participação feminina nos diversos níveis de ensino, incluindo o superior. A feminização das Universidades é, aliás, segundo António Barreto, uma das características "mais curiosas e radicais" da sociedade portuguesa desde os anos sessenta à actualidade¹⁵³, a qual tem permitido às mulheres recuperar da desigualdade de que foram objecto na educação formal do passado. Trata-se de um fenómeno que continua a suscitar curiosidade e a exigir explicações, mas que deve estar relacionado com a existência de práticas discriminatórias no mercado de emprego, obrigando as jovens a reforçarem o seu capital educativo. Por sua vez, o "recuo" das candidaturas masculinas no ensino superior parece prender-se com a ausência de garantias de emprego por parte do Estado, com a mediocridade relativa das remunerações e ainda com a acentuada desvalorização dos diplomas.

O acesso das mulheres à instrução é, pois, um fenómeno historicamente recente, com pouco mais de cem anos. Foi, no entanto, uma das principais reivindicações pela qual se bateram homens e mulheres desde meados do século XIX e um dos elementos chave através do qual se forjou a cidadania feminina e a intervenção das mulheres no espaço público. Compreender as etapas deste processo, as razões que o motivaram e os resultados alcançados é o meu objectivo nesta breve comunicação.

O reconhecimento do direito da mulher à instrução: vicissitudes e alcances

A instrução feminina é um tema que suscitou muito pouco interesse em Portugal até meados do século XIX. Apesar da atenção que o assunto merecera de alguns sectores ilustrados do século XVIII, a indiferença sobre esta matéria caracteriza toda a primeira metade do século XIX, reflectindo-se na pobreza de iniciativas práticas destinadas a promover a instrução feminina.

Este desinteresse é, em grande parte, justificado pela instabilidade política decorrente das invasões francesas e das lutas liberais, por dificuldades financeiras e, sobretudo, pela ausência das condições estruturais que, nos países mais desenvolvidos, fizeram avançar a instrução feminina: a industrialização e a existência de uma classe burguesa forte, incentivadora de novas necessidades no campo económico e tecnológico. Acrescem-lhe factores de ordem ideológica, em particular, a permanência de preconceitos pouco favoráveis ao progresso cultural feminino.

¹⁵² - Dados recolhidos por Paulo Guinote, *Quotidianos femininos (1900-1933)*, Lisboa, dissertação de mestrado, Lisboa, 1994, p. 36.

¹⁵³ - António Barreto, *A situação social em Portugal*, Município de Matosinhos, Câmara Municipal, 1996, p. 21.

Considerava-se axiomático que a função social da mulher era a de ser esposa e mãe e que para desempenhar este papel necessitava, sobretudo, de valores morais e sentimentais. *Anjo do lar*, a sua finalidade era a de criar um ambiente de amor e de paz para a sua família, um refúgio onde o seu marido se podia abrigar do mundo atribulado da política e dos negócios. Nesta linha de domesticidade burguesa, o conteúdo intelectual da educação da mulher era escasso, considerando-se que intelectualidade não rimava com feminilidade. A imprensa de carácter conservador e clerical defendia a ideia de que uma instrução de alto nível não era nem possível nem desejável para as raparigas, argumentando com a sua pretensa inferioridade intelectual e com o facto de, assim, se eximirem aos deveres familiares.

Esta visão tradicional da mulher começou a ser posta em causa, sobretudo a partir da Regeneração, embora já anteriormente alguns autores - é o caso, entre outros, do deputado Gouveia Durão nas Cortes Constituintes de 1821¹⁵⁴, ou, nas décadas de 1830 e de 1840, de Almeida Garrett e de Alexandre Herculano - tivessem tomado posição em favor da instrução feminina, atribuindo à mulher um papel decisivo na moralização e na preservação dos valores sociais.

Com efeito, só a partir dos anos cinquenta do século passado é que a instrução feminina progride. Multiplicam-se as escolas primárias destinadas a este sexo e investe-se, em simultâneo, no nível cultural das "mestras de meninas", criando-se para o efeito a primeira Escola Normal feminina, inaugurada a 9 de Julho de 1862. A necessidade de recuperar do atraso que nos separava dos países mais cultos e civilizados que promoviam a educação da mulher, assim como o reconhecimento de que a instrução feminina era um contributo indispensável ao projecto de modernização do país, fizeram avançar este ramo da instrução, convertendo-o num verdadeiro assunto de Estado.

Neste período de triunfo do capitalismo, em que se afirma em todos os domínios as noções de rentabilidade, de eficácia e de utilidade social dos indivíduos relativamente à sociedade, adscrevendo-se a cada um uma função e um papel bem precisos, a mulher não podia ficar alheia. As suas funções tradicionais como esposa e mãe tendem a ser valorizadas, sobretudo no seu papel de educadora, responsável pela formação da primeira infância. Temendo-se uma influência nefasta nas crianças, essas "almazinhas de plasticina" no dizer de Ana de Castro Osório, capaz de as marcar para o resto da vida, de formar (ou deformar), o carácter e a personalidade do futuro cidadão, exige-se, como antídoto, a instrução feminina. Nesta perspectiva utilitarista, compete à mulher encorajar e fortalecer, em benefício do Estado-nação, as virtudes individuais e sociais, base do respeito pelas instituições e pela ordem estabelecida. Preparar as raparigas para a missão de esposa e de mãe é o objectivo a alcançar, não estando em causa favorecer a emancipação feminina ou assegurar a este sexo os meios que lhe permitissem escolher o seu futuro¹⁵⁵.

Subordinado a este objectivo, solicita-se uma instrução equilibrada, apoiada numa sólida formação moral e religiosa, diferenciada, prática e que, de modo algum, fossem ministrados conhecimentos em demasia sob pena de a mulher se "*masculinizar*". Enfim, uma instrução que preparasse a rapariga para desempenhar o melhor possível as funções tradicionais de esposa e mãe de família.

Apesar das boas intenções governamentais, o panorama da instrução feminina manter-se-á bastante deficiente ao longo do século XIX, sendo em número insuficiente as escolas oficiais criadas, não obstante,

¹⁵⁴ - Segundo Gouveia Durão, "o sexo feminino precisa tanto de instrução como o masculino; é ele quem nos educa; dos filhos saem os homens para todos os empregos, e das filhas todas as mães de família, que educando novas famílias têm mais preponderante influência nos costumes tão necessários para a conservação de qualquer governo", cit. in Luís Reis Torgal e Isabel Vargues. *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984, p. 145. Sobre este assunto veja-se também o meu livro "*Senhoras e mulheres*" na sociedade portuguesa do século XIX, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

¹⁵⁵ - A educação não é encarada como um direito natural da pessoa, mas como uma necessidade social, ou seja, como um instrumento de modelação de cada indivíduo ao seu lugar e aos respectivos papéis numa dada hierarquia definida pela classe social e pelo sexo.

em termos comparativos, a taxa de crescimento das escolas femininas ser superior ao das escolas masculinas¹⁵⁶. O ensino particular, sobretudo o religioso praticado em colégios, conventos, recolhimentos ou asilos, não fornecia uma alternativa suficientemente consensual, para além de ser, em muitos casos, oneroso e selectivo¹⁵⁷.

Perante esta situação, o estado do ensino não podia ser senão de “total desconsolo”, nas palavras eloquentes de D. António da Costa, cerca de 1870. A escola era quase uma raridade, o colégio um privilégio de elite, os ensinos - secundário, técnico e superior - inacessíveis ao sexo feminino.

Apesar de tudo, uma conquista fora alcançada: a do reconhecimento do direito das mulheres à instrução. Neste desiderato foram numerosas as personalidades que tiveram um papel activo, podendo-se considerar uma atitude singular, na opinião de Maria José de La Fuente, a intervenção de algumas mulheres na defesa da instrução do seu próprio sexo¹⁵⁸, contrariando os valores dominantes de uma época que troçava das escritoras e as apontava a dedo como exemplo de mulheres que desleixavam os filhos e os afazeres domésticos para imitarem os homens...¹⁵⁹ Aliás, a instrução feminina converter-se-á, no final do século, no principal *causamotivo* do movimento feminista português, ideologicamente próximo ao partido republicano, e exigida como condição para o melhor cumprimento das tradicionais funções educativas da mulher na “sociedade republicana e laica” que se pretendia criar. “Só a mulher devidamente educada secundando o professor poderá preparar a geração ideal”, escrevia Maria Veleza, em 1909¹⁶⁰, entre tantos outros autores que se poderiam citar e que partilhavam de uma concepção optimista da educação, promotora do progresso social.

Trata-se, sem dúvida, de uma atitude estratégica, apoiada numa argumentação conformista mas que procurava conferir dignidade e sentido de utilidade social às reivindicações formuladas, indo ao encontro dos valores dominantes, sem os pôr em causa.

Quanto aos ensinos secundário e técnico industrial dão os seus primeiros passos no último quartel do século XIX, acompanhando a industrialização, a construção da sociedade liberal e o fortalecimento da burguesia como classe. A necessidade de uma mão-de-obra qualificada e a convicção de que o desenvolvimento económico requeria uma formação profissional dos seus agentes fizeram avançar estes ramos de ensino. Estes, no entanto, foram objecto de um longo debate centrado na distinção entre os ensinos dirigidos às raparigas da burguesia e da aristocracia, por um lado, e aquele frequentado por raparigas das classes populares, por outro lado, de acordo com modelos de feminidade, socialmente diferenciados: o da “dona de casa” e o da “doméstica”.

Para as primeiras, pretendia-se uma formação cultural adequada ao meio de origem e suficientemente

¹⁵⁶ - Portugal não acompanhou, em termos de investimento na educação, o impulso verificado em outros países europeus, distanciando-se de uma forma significativa, de tal ordem que, por volta de 1910, o atraso relativamente a Espanha e Itália era de cerca de meio século. Sobre este assunto veja-se Maria Teresa Valente Pinto, *o ensino técnico industrial feminino em finais do século XIX: a Escola Damião de Goes em Alenquer*, Universidade Aberta, Lisboa, 1998 (dissertação de mestrado), pp. 27-28.

¹⁵⁷ - O plano de estudos proposto por um colégio católico – o Real Colégio Ursulino das Chagas, de Coimbra - em meados do século XIX, associava conhecimentos práticos com conhecimentos intelectuais, designados por ensino artístico e literário. Pelo ensino literário, a aluna aprendia a ler, escrever e contar, gramática (portuguesa, francesa, italiana e inglesa), desenho linear com aplicação aos labores e aos bordados, geografia (sobretudo corografia portuguesa), história sagrada e profana; princípios, regras e usos gerais de economia doméstica (governo de uma casa) e noções básicas de higiene. No ensino artístico aprendiam-se pontos de malha (fazer meia, renda, crochet, espigar, fazer luvas, etc.), costura (coser, ta-lhar, marcar, etc.) e bordadura (bordar a branco, a cordonnet, matiz, cabelo, petit point, etc). Incluía ainda o ensino da música (cantar e tocar piano) e da florística (fazer flores). Sobre este assunto, veja-se Irene Vaquinhas, “O Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra. Notas para a sua história” e “Alguns aspectos da vida quotidiana num colégio feminino no século XIX: o caso do Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra (1874-1880)”, *ob. cit.*, pp. 81-142.

¹⁵⁸ - A intervenção feminista fazia-se sobretudo sob a forma de artigos em jornais ou revistas, romances e poesias.

¹⁵⁹ - Maria José de La Fuente, “A luta pela educação feminina no Porto do fim do século”, *Lusíada*, n.º 3, Abril/1995, p. 316.

¹⁶⁰ - “Missão feminina”, *A mulher e a criança*, Lisboa, Maio 1909, n.º 2.

abrangente que lhes permitisse serem interlocutoras do seu marido, bem como um instrumento de relacionamento social entre famílias. Admitia-se que a instrução fosse além do ensino primário, embora sem necessidade de alcançar um nível equivalente ao masculino, uma vez que a formação feminina continuava a ser determinada pelas funções de esposa e de mãe.

Para as segundas, ou seja, as raparigas das classes trabalhadoras, pretendia-se compatibilizar as funções de “boa doméstica”, as quais previam sobretudo o conhecimento de saberes práticos (cozinhar, limpar, tratar da roupa, coser e o cuidado com as crianças) com a necessidade da aprendizagem de um ofício. Ora, num século que sacraliza a família e teme o seu desregramento, o qual é associado às chamadas “patologias urbanas” (alcoolismo, marginalidade, prostituição), a grande preocupação centrava-se na moralização da mulher operária, de modo a assegurar-se a ordem social. Neste sentido, a preparação escolar que se lhe prescrevia, continha uma forte componente moral e incidia na aprendizagem da leitura, da escrita, da aritmética simples, a par de trabalhos de agulha (coser, bordar e tricotar).

Apesar dos discursos, também estes ramos de ensino se pautaram pela morosidade na sua implantação...

Tendo o ensino secundário sido criado em 1888¹⁶¹, só vinte anos depois, em 1906, abria ao público, em Lisboa, o 1.º liceu feminino - O Liceu D. Maria Pia - fruto da transformação de uma escola fundada pela Câmara Municipal, a partir da junção de vários recolhimentos femininos da capital¹⁶². A evolução da população liceal feminina progredirá a passo lento mas de uma forma contínua. As raparigas constituíam, em 1908, apenas 9,5% da população liceal global, chegando, em 1920, aos 24,2% de todos os alunos matriculados. De acordo com estudos de Cristina Rocha, entre 1916 e 1930, as raparigas constituíam um quarto dos alunos dos cursos liceais¹⁶³. Uma percentagem já significativa e que não deixará de aumentar.

O ensino técnico teve também dificuldades em se impor, agravadas, no dizer de Teresa Pinto, que sobre este assunto defendeu uma brilhante tese de mestrado, quer com os seus elevados custos dada a necessidade de apetrechar as oficinas, quer com o desinteresse manifestado tanto pelo operariado, como pelos empregadores. Criado em 1852, só em 1884 seriam instaladas as primeiras escolas¹⁶⁴. A admissão feminina fez-se desde a primeira hora, beneficiando de um vazio legislativo que nada definia quanto ao sexo do destinatário, sendo o Estado obrigado a autonomizar, em alguns estabelecimentos, “aulas para o sexo feminino”. Com efeito, a frequência feminina era acentuada em localidades, onde a presença do trabalho feminino no sector têxtil se fazia sentir, seja nas produções tradicionais - rendas de bilros de Peniche, por exemplo -, seja por expansão do sector fabril, procurando-se através dos ensinos do desenho, da tecelagem, das rendas, da costura e dos bordados, assegurar uma formação profissional.

Nos anos noventa, a situação inverte-se, encerrando-se algumas escolas, e pondo-se termo, em 1897, aos cursos industriais para o sexo feminino, substituídos pelos cursos de labores. Este foi o desenlace, nas palavras de Teresa Pinto, de “um insistente debate em torno da especificidade do ensino femini-

¹⁶¹ - O ensino secundário feminino foi criado por diploma legal de 9 de Agosto, de 1888, o qual autorizava o governo a estabelecer nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra, institutos destinados exclusivamente ao ensino secundário do sexo feminino. Sobre o assunto veja-se Maria José de la Fuente, *O ensino secundário feminino. Os primeiros vinte anos da escola Maria Pia*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1989, p. 59.

¹⁶² - Esta escola destinava-se, de início, a raparigas pobres. Para além da instrução primária elementar e complementar, educação física e educação moral, obtinham formação profissional, em particular telegrafia e tipografia.

¹⁶³ - Apesar de um ligeiro decréscimo decorrente da instabilidade política, da guerra e da crise económica e financeira, Cristina Rocha, *Contribuição do ensino secundário liceal feminino para um modelo de educação pública da mulher - 1888-1940*, separata de Ciências da Educação em Portugal, Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1991.

¹⁶⁴ - Teresa Pinto, *ob. cit.*. Os anos 80 são, a nível nacional, de avanço da industrialização. Em 1884, dá-se início à Conferência de Berlim que teve um efeito dinamizador na industrialização portuguesa, mercê da abertura dos mercados coloniais africanos e da intensificação da produção algodoeira, o que vem a desencadear o crescimento da indústria têxtil. É também no decurso destes anos que se acentua a agitação operária que se converte num problema para a ordem e para a segurança públicas, tendendo-se a identificar o operário como o *novo bárbaro*, para utilizar a terminologia de Frédéric Chauvaud.

no, decorrente da progressiva consolidação, na Europa [...] da noção de uma educação especial para as raparigas com incidência no governo da casa e nas actividades domésticas”¹⁶⁵. Trata-se de um modelo que reflecte a intenção de distinguir o ensino industrial e profissional masculino do feminino - tal como efectivamente veio a acontecer -, tendo ainda este modelo servido de base ao currículo do ensino liceal para o sexo feminino. A prioridade é, por conseguinte, dada à reprodução dos papéis sexuais socialmente definidos, objectivo que é claramente exposto no preâmbulo à carta de lei de 1906, a qual cria o ensino liceal feminino, e onde se pode ler: “A educação doméstica é o complemento indispensável da instrução geral da mulher [...] A higiene, capital para as donas de casa, para as mães de família [...] a culinária deve ser estudada paralelamente com a química, com a higiene, com a fisiologia, pois que aquela arte de todas as ciências carece para a sua execução [...] a ciência doméstica constitui por si só uma maravilhosa síntese científica”¹⁶⁶. A prática quotidiana será, no entanto, outra e apenas os labores femininos serão objecto de provas de exame.

Os liceus femininos têm, pois, neste início do século XX, um carácter híbrido e ambíguo, articulando carreiras profissionais com actividades domésticas. A componente educativa ir-se-á progressivamente reforçando, se bem que, durante o Estado Novo, reapareçam as preocupações “feminizantes”, para utilizar a terminologia de Cristina Rocha. Todavia, a educação secundária pela certificação escolar que concede, irá criar condições para a autonomia feminina e para o desempenho de cargos fora do lar, uma vez que o diploma liceal habilita quer para o exercício do magistério primário, quer para funções nos liceus femininos, sendo ainda condição de acesso ao funcionalismo público. Além do mais, os certificados escolares eram incorporados simbolicamente nos dotes femininos, favorecendo as raparigas no mercado matrimonial.

Finalmente, a universidade. No fim do século XIX, as escolas de ensino superior abrirão as suas portas às primeiras mulheres. Primeiro, ainda na década de oitenta, a Escola Médico-Cirúrgica e a Academia Politécnica do Porto e, a partir dos anos noventa, a velha academia conimbricense. Nas primeiras décadas do século XX, as estudantes universitárias eram ainda, na cidade de Coimbra, em escasso número, referidas geralmente na imprensa da época por “galantíssimas demoiselles”¹⁶⁷. Porém, a sua presença fazia-se sentir nos bancos dos anfiteatros, nas residências universitárias que fundavam, no quotidiano da cidade. E, desde o ano lectivo de 1987-1988, o número das “galantíssimas demoiselles” é superior aos dos alunos, verificando-se igualmente entre as raparigas os melhores resultados escolares¹⁶⁸.

Ensino primário, ensino secundário, ensino técnico, ensino superior... Uma primeira etapa do problema pedagógico feminino estava ganho: o reconhecimento do direito da mulher à instrução, independentemente do nível e do grau dos estudos. Faltava ainda obter duas outras conquistas: a uniformização dos conteúdos curriculares pelos dos liceus masculinos e permitir o exercício remunerado dos conhecimentos adquiridos, uma vez que algumas carreiras profissionais estavam vedadas ao sexo feminino. A título de exemplo, poderei mencionar as profissões jurídicas. O exercício da advocacia só é permitido às mulheres a partir de 1918, por decreto de Sidónio Pais; quanto à magistratura, só abrirá as suas portas ao sexo feminino depois do 25 de Abril de 1974.

¹⁶⁵ - Teresa Pinto, “Peias e Trilhos do ensino industrial feminino oitocentista”, Congresso *Em torno da história das mulheres. Seu contributo para a construção de Portugal*, Porto, 11 e 12 de Maio de 1999 (em publicação).

¹⁶⁶ - Cit. por Cristina Rocha, *art. cit.*, p. 223.

¹⁶⁷ - João Maria de Magalhães Colaço, “O feminismo triunfa em Coimbra”, *Ilustração Portuguesa*, 29 de Janeiro de 1912.

¹⁶⁸ - Para o ano lectivo de 1987-1988, o sucesso escolar feminino, estimado a partir da obtenção da licenciatura é de 55,7%, enquanto o masculino se salda por 44,3%, Irene Vaquinhas, “Breve reflexão a propósito da igualdade de oportunidades na Universidade de Coimbra depois do 25 de Abril de 1974”, (em publicação).

Conclusão

A questão da instrução feminina surgiu em Portugal, no século XIX, mais como uma inquietação sentida por alguns sectores ilustrados do que como uma preocupação latente da sociedade. A tomada de consciência da sua necessidade por parte dos poderes públicos foi um processo moroso que se procurou associar à modernização do Estado, sendo inclusive encarado como um sintoma de progresso civilizacional. A instrução feminina avançou, acompanhando a valorização das funções tradicionais da mulher, sobretudo no seu papel de mãe. A grande preocupação centra-se nas gerações do futuro e na grande influência que a mãe, enquanto “escultora das almas” poderia vir a ter na “construção do cidadão do futuro”.

O acesso das mulheres à instrução contribuiu, no entanto, para aumentar a sua capacidade reivindicativa quer no que respeita ao acesso a todos os níveis da instrução, quer quanto a uma participação mais activa na vida social, política e económica. E, neste aspecto é forçoso reconhecer que Oliveira Martins tinha razão... Ao comentar a legislação que criava os liceus femininos escrevia: “É natural que daqui por pouco tenhamos as mulheres a pedirem voto, agora que já têm liceu...”¹⁶⁹. Neste aspecto, a perspicácia do famoso estudioso acertou em cheio...

¹⁶⁹ - Oliveira Martins, *Dispensos*, 1.ª ed., p. 162.